

Imbassahy pode voltar para o DEM

Com vistas a 2018, ministro de Temer estaria negociando migração para outra sigla

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O deputado licenciado e ministro responsável pela articulação do governo, Antônio Imbassahy (PSDB), negocia a migração para o DEM. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o tucano tenta garantir sua candidatura ao Senado na chapa do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), que deve disputar o governo da Bahia contra o atual governador, Rui Costa (PT). O PSDB faz parte da aliança de apoio a ACM Neto na Bahia. Imbassahy, porém, não teve até agora a garantia de que será o candidato tucano para o Senado. No PSDB baiano, o ministro disputa a indicação com o deputado federal Jutahy Júnior – que votou contra o presidente Michel Temer (PMDB) na denúncia da Procuradoria-Geral da República enviada à Câmara dos Deputados.

Imbassahy teria ficado frustrado com o fato do senador Aécio Neves (PSDB-MG) não ter retomado a presidência tucana nesta semana. A volta do senador mineiro ao comando da legenda era vista como uma forma do ministro voltar a se fortalecer junto ao Planalto. A avaliação é que o atual presidente, Tasso Jereissati (PSDB-CE), não é tão alinhado aos aliados do governo.

A grande questão é que o também está batendo o pé para indicar um dos nomes para o Senado na chapa do prefeito (a legenda já está garantida no cargo de vice). Por isso, também circula nos bastidores a informação de que Imbassahy poderia estar negociando migração para o

partido de Temer. O deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB), em recente entrevista à Tribuna, no entanto, negou as conversas com Imbassahy.

“Não ouvi da boca de nenhuma dessas pessoas cotadas para vir ao PMDB que estaria interessado realmente em vir ao partido. Não ouvi da boca de nenhum. É natural que quadros importantes queiram vir para o PMDB, e aqueles que vierem serão recebidos com tapete vermelho, banda de música e buquê de flores. O que não é natural é que o PMDB tenha em seus quadros nomes que estão ali lutando dentro do partido e simplesmente, aos 45 minutos do segundo tempo, tenham que abrir mão da perspectiva de fazer parte da chapa para que pessoas que não têm vínculo nenhum com partido adentrem para se eleger. Convidarei todos que tenham interesse em entrar no partido e os receberei como militantes”, disse o parlamentar ao jornal. Lúcio, aliás, é um dos que também pleiteiam a vaga ao Senado na chapa de Neto.



O DEPUTADO licenciado e ministro responsável pela articulação do governo, Antônio Imbassahy (PSDB), negocia a migração para o Democratas

José Carlos Aleluia nega articulação com aliado tucano

O deputado José Carlos Aleluia, presidente do DEM na Bahia, negou qualquer tipo de conversa com o ministro. “Olha, não houve nenhuma conversa comigo. O ministro Imbassahy é um querido amigo, de um partido aliado nosso. Não tivemos conversa no sentido de vir para o nosso partido. Ele é o nosso aliado. E sendo nosso aliado, onde ele estiver, será bom para ele e para

nós. Nós temos nele um deputado sério, competente e amigo. Não tenho nenhuma notícia que ele esteja saindo do PSDB. O partido tem problemas internos, mas não tenho nenhuma informação”, afirmou à Tribuna.

Sobre o espaço na chapa ao Senado, Aleluia afirmou que não se discute chapa neste momento. “Nós não estamos discutindo chapas. Nós temos vários quadros

no partido que podem ocupar espaço na chapa. Mas o deputado Imbassahy é um político que pode ocupar espaço em qualquer chapa e em qualquer partido”, assegurou.

Imbassahy, por sua vez, declarou que “não há fundamento nessas histórias de que ele irá mudar de partido”. O DEM (antigo PFL), aliás, era a antiga legenda que abrigava o parlamentar quando ele foi prefeito de Salvador. (RF)

Simplifica entra na reta final das discussões na Câmara

Foto: Antonio Queirós



VEREADORES iniciam semana voltados para debates em torno do ‘Simplifica’

ROMULO FARO
REPÓRTER

Os vereadores de Salvador iniciam a semana voltados para os debates finais em torno do ‘Simplifica’, projeto proposto pelo prefeito ACM Neto (DEM) para “modernizar e desburocratizar normas e processos para abrir uma empresa em Salvador ou construir prédios e casas”. Na quarta-feira (30), os parlamentares apreciarão em plenário projetos de sua própria iniciativa, mas nenhum com previsão de polêmica, conforme disse à Tribuna o presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM).

O democrata previu debates intensos entre as bancadas de governo e da minoria acerca do Simplifica, e ponderou que ainda “é cedo para pensar em acordo”, embora a votação esteja confirmada (com base em acordo no colégio de líderes) para o dia 5 próximo. Para setembro há previsão ainda de vota-

ção de mais dois projetos do Executivo: o ‘Mané Dendê’ e um que trata especificamente de incentivos fiscais previstos no ‘Revitalizar’, matéria já aprovada pelos vereadores. Apesar de o prefeito ter o conforto proporcionado por uma base ampla, a oposição promete “intensificar os debates e os questionamentos” na próxima semana, conforme promessa do líder da bancada, vereador José Trindade (PSL).

“Ainda não fechamos questão contra o projeto. Nesta semana discutimos apresentamos alguns pontos contrários ao projeto. Vamos discutir internamente. Tem coisa que parece fácil, com essa modernização que o prefeito disse que vai fazer, mas não é tão simples assim. Infelizmente, a população carente muitas vezes não tem acesso a recursos tecnológicos. Nem todo mundo tem um computador em casa nem um smarphone. Essa é a verdade infelizmente. A partir do momento que o Executivo promete fa-

zer tudo informatizado, o projeto se torna meio excludente. Há pontos ainda a ser esclarecidos”, pondera o líder da minoria. Trindade vai reunir os vereadores do bloco de oposição na segunda-feira para mais uma rodada de conversas para “definir estratégias”.

A bancada governista, liderada pelo vereador Henrique Carballal (PV), defende a votação do projeto sem nenhuma alteração nem emendas. Entre as propostas do Simplifica está a de o cidadão poder fazer pedido de alvarás de funcionamento e até mesmo criação de pequenas empresas pela internet. Na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais vão se reunir na segunda-feira para decidir a pauta das próximas matérias a serem apreciadas. A definição se dá em reunião do conselho de líderes e é conduzida pelo presidente da Casa, deputado Ângelo Coronel (PSD). Por lá não há previsão de projetos ‘polêmicos’ do Executivo por ora.

Reforma política esbarra no valor do fundo eleitoral e no fim das coligações

Presidente da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, o baiano Lúcio Vieira Lima (PMDB) disse em entrevista à Tribuna ontem que “sinceramente não dá para prever absolutamente nada” do texto final a ser apreciado no plenário da Casa. Para que as modificações valham em 2018, é necessário que a reforma seja promulgada pelo Legislativo até o dia 7 de outubro. Para Lúcio, se o texto não for aprovado na próxima semana, “a reforma vai acabar sendo feita pelo Judiciário”. Os pontos de tensão são basicamente quatro: o valor do fundo eleitoral (há consenso de que será público – falta estipular o valor); o chamado voto em distrito para deputados federais; fim das coligações nas chapas proporcionais e a cláusula de barreira. Além de demonstrar preocupação, o presidente da comissão especial da reforma criticou a “hipocrisia” dos deputados. “Os deputados discordam em público, mas nos bastidores são a favor. Nas reuniões, nos jantares, são eles quem defendem os valores mais altos para o fundo. Os que fazem discurso mais forte contra o fundo são os que mais o querem”, afirmou Lúcio Vieira Lima.

Depois da derrubada da proposta de que o fundo para as campanhas seja de 0,5% da receita

corrente líquida da União, o que daria aproximadamente R\$ 3,6 bilhões no próximo ano, a proposta agora é de que o valor seja estipulado pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), mas ainda não há consenso. E Lúcio afirma que não dá para fazer previsão nenhuma. “O Congresso Nacional virou terra de Murici, cada um cuida de si. Financiamento empresarial ninguém quer. Financiamento público tem que ser aprovado, mas ninguém quer estipular um valor que pode ser considerado alto. A democracia tem custo. Inclusive financeiro. Realmente está complicado. Já chegaram a propor que o candidato pague sua campanha, mas aí pega também, porque só os ricos seriam eleitos. A menos que limitasse um calor bem baixo, mas aí também não querem. Está difícil”.

O peemedebista evita expressar suas posições diante dos pontos de tensão, mas admite que foi contra o montante de R\$ 3,6 bilhões para o ‘Fundo da Democracia’, ou fundo público para financiamento de campanhas. “Como presidente da comissão, evito emitir opinião, porque tenho que ser isento. Mas votei contra 0,5% da receita corrente líquida para custear as campanhas. Achei exagerado. O brasileiro não ia aguentar uma coisa dessas”, afirmou o deputado Lúcio Vieira Lima.

LÚCIO Vieira disse que não dá para prever nada do texto a ser apreciado no plenário



Florence defende modelo ‘federação’

Líder da oposição no Congresso Nacional, o também baiano Afonso Florence confirmou os entraves listados pelo peemedebista Lúcio Vieira Lima, e reiterou o posicionamento contrário do PT ao percentual proposto para o fundo eleitoral e ao distrito e favorável ao modelo ‘federação’. Esta última proposta prevê partidos que compõem chapa para a presidência da República a partir de 2018 não poderão fazer composição nas eleições proporcionais nos estados com partidos de fora do arco de alianças nacionais.

“Somos a favor da cláusula de barreira e do fim das coligações. Defendemos também a federação. Em 2014, a chapa eleita foi Dilma e Temer, e nos estados o PMDB coli-

gou com partidos de oposição, com PSDB e com o DEM. E o que foi que aconteceu em 2014? Dilma foi eleita, e quando a gente sentou para fazer as contas, Dilma já começou o governo com minoria parlamentar. Como você elegeu um presidente da República e o partido do seu vice faz oposição na base parlamentar?”, questiona Florence. O petista admitiu que ainda não dá para prever o que será definido sobre o fundo eleitoral. “É um tema ainda a ser muito debatido. Não queremos estourar orçamento público com gastos para campanhas. Já existe fundo público na verdade. O fundo partidário autoriza que o partido doe para o candidato a deputado federal, mas não pode para as campanhas majoritárias”, explicou Florence. (RF)